
Resenha: HONNETH, Axel. *The I in We*. Cambridge: Polity Press, 2012. 246 p.

Tiago Porto¹

O livro *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*, publicado em língua inglesa, em outubro de 2012, pela editora Polity Press, representa um momento especial no trabalho desenvolvido por Axel Honneth. Nessa obra, o filósofo retoma pontos deixados de lado até então na sua teoria do reconhecimento, visando um maior esclarecimento após vários debates e objeções recebidas. O livro não nos apresenta uma nova sistematização da sua teoria, fechada em si mesma; antes, é constituído por ensaios escritos nos últimos anos, organizados em quatro partes conceituais: *Hegelian Roots*, *Systematic Consequences*, *Social and Theoretical Applications* e *Psychoanalytical Ramifications*.

Na introdução do livro, já nos deparamos com uma declaração deveras importante para a filosofia de Honneth. Agora, o autor reconhece que Hegel não sacrifica a sua teoria do reconhecimento intersubjetivo em prol da filosofia do espírito nos escritos pós-Jena, mas passa a interpretar o espírito objetivo como um conjunto de relações de reconhecimento sobrepostas. Portanto, Honneth reavalia sua posição no livro *Luta por Reconhecimento*, onde o filósofo sustentava que Hegel teria deixado de lado sua filosofia da intersubjetividade a partir da *Fenomenologia do Espírito*.

Whereas in *The Struggle for Recognition* I had still assumed that only Hegel's Jena lectures contained coherent

¹ Graduando em Filosofia na PUCRS, bolsista de iniciação científica. E-mail: tgporto@gmail.com

elements of a theory of recognition, after more intensive study of his mature writings I came to realize how wrong I had been. I no longer believe that Hegel sacrificed his initial intersubjectivism in the course of developing a monological concept of spirit; rather, Hegel sought throughout his life to interpret objective spirit, i.e. social reality, as a set of layered relations of recognition. (HONNETH, 2012, prefácio, p. VII-VIII).

A primeira parte, *Hegelian Roots*, abrange os dois primeiros capítulos do livro e trata da filosofia prática hegeliana. *From Desire to Recognition: Hegel's Grounding of Self-Consciousness* inicia a obra com a análise desenvolvida por Honneth sobre a presença do conceito de reconhecimento na *Fenomenologia do Espírito*. Especificamente, o ponto do livro de Hegel que interessa ao autor é a passagem do conceito de desejo para o de reconhecimento, tratado em apenas uma página e meia do livro. Honneth reconhece que não se trata de uma tarefa fácil, pois Hegel não é exatamente claro e a quantidade de interpretações errôneas sobre essa passagem é enorme. Portanto, parte de uma reconstrução do conceito hegeliano de “desejo” para então introduzir a passagem conceitual para o reconhecimento, ressaltando a importância das relações intersubjetivas para a consolidação da autoconsciência.

O segundo capítulo, intitulado *The Realm of Actualized Freedom: Hegel's Notion of a "Philosophy of Right"*, trata-se de uma resenha sobre a *Filosofia do Direito* e seu impacto causado no meio acadêmico. Com esse ensaio, Honneth pretende responder como devemos compreender a conexão entre reconhecimento e liberdade. Segundo sua interpretação, Hegel estabelece uma ligação entre os conceitos ao tentar demonstrar os constituintes do liberalismo que somente tomando parte de práticas institucionalizadas de autorrestrições individuais podemos experienciar de forma livre (Idem, prefácio, p. VIII). Principiando pelo conceito geral do livro, o autor explicita como se dá a sua conceitualização básica e estrutura do texto, culminando na sua recepção e reflexos futuros.

Honneth intitula a segunda parte do livro de *Systematic Consequences* e nela tenta aplicar a matriz hegeliana para resolver problemas presentes nas teorias da justiça contemporâneas. *The Fabric of Justice: On the Limits of*

Contemporary Proceduralism trata de uma crítica realizada pelo autor às teorias proceduralistas distributivas, idealizadas por filósofos políticos como John Rawls e Nancy Fraser. Além disso, Honneth tenciona elaborar uma teoria da justiça que diminua a distância entre filosofia e ações políticas, entre teoria e prática. Inicialmente, o autor define os pontos em comum entre as teorias proceduralistas, estabelecendo como ponto de intersecção a distribuição de “bens”, sejam eles recursos físicos (dinheiro, imóveis) ou sociais (educação, saúde). Feito isso, critica os três pontos-chaves dessas teorias, apontando as suas fragilidades: o paradigma da distribuição, o “véu da ignorância”, onde cidadãos independentemente da sua posição social deliberam quais ações são importantes para a sociedade e, finalmente, a visão de que o Estado possui plenos poderes para prover as necessidades dos cidadãos. Ao fim do capítulo, Honneth apresenta a sua proposta para uma teoria social, substituindo as três características anteriormente abordadas por outras baseadas na teoria do reconhecimento, visando o estreitamento entre filosofia e prática política.

[...] I would say that, first of all, the distributional schema would have to be replaced by the involvement of all subjects in a given relationship of recognition. Second, a normative reconstruction uncovering the basic moral norms that underlie that relationship of recognition would have to replace the use of a fiction procedure. Third, the exclusive focus on the regulative activity of the state would be supplemented by a decentralized consideration of non-state actors and organizations. (Ibidem, p. 45)

No quarto capítulo, *Labour and Recognition: A Redefinition*, Honneth chama a atenção ao fato de que uma teoria social não pode menosprezar o mundo do trabalho. Acompanhamos nesse ensaio a análise sistemática empregada pelo filósofo quanto à questão do trabalho organizado e a normatividade envolvida por trás dele. A questão fundamental que transparece é “como devemos incorporar a categoria de trabalho societário em um quadro de teoria social de forma que podemos realizar prospectos para melhorias qualitativas não utópicas?” (Ibidem, p. 58). Inicialmente, Honneth diferencia crítica externa da imanente, apontando como o labor seguro e significativo traz em si estruturas de reprodução social, o que possibilita o desenvolvimento de

um conceito de “imanência”. Em um segundo momento, o filósofo demonstra que o trabalho societário recebe um caráter normativo imanente somente após ter recebido ligações com estruturas de reconhecimento provenientes de trocas de serviços, mostrando como todo o labor que não é feito de forma privada deve ser organizado e estruturado para assim receber o seu devido valor na sociedade. Por fim, Honneth desenvolve pontos imanentes que mantêm ligados reconhecimento e trabalho, sob a perspectiva do mundo atual. Como matriz teórica para o desenvolvimento argumentativo nesse capítulo, o autor se valeu das ideias de Hegel, Durkheim e Habermas.

Recognition as Ideology: The Connection Between Morality and Power é o nome do quinto capítulo. Aqui, Honneth encontra a difícil tarefa de demonstrar como as estruturas de reconhecimento devem evitar o fomento, mesmo indireto, de dominação social. O filósofo francês Louis Althusser argumentava que os meios de reconhecimento serviam como forma de preservar os aparelhos ideológicos de Estado, mantendo assim os cidadãos cativos dentro de um sistema estabelecido de comportamentos esperados. No princípio da sua argumentação, a estratégia utilizada por Honneth é a de esclarecer que o conceito de reconhecimento possui um caráter normativo, pois indica um comportamento onde se pode responder às qualidades avaliativas de uma pessoa ou de um grupo (ibidem, p. 78). A seguir, o autor demonstra como ideologias de reconhecimento são raramente irracionais, pois elas partem de valorações cuidadosamente extraídas de nossos horizontes de valor, como podemos comprovar com as propagandas que prometem um estilo de vida refletido na aderência a uma determinada marca. À guisa de conclusão, Honneth dissecava várias formas de reconhecimento para explicitar a irracionalidade presente na discrepância entre promessas de avaliação e preenchimento material nas formas ideológicas de reconhecimento.

The criterion of material fulfilment does provide us with a useful means of testing in advance whether an alteration in a given form of recognition might in fact bring about an increase in regulative power. Institutional patterns of evaluative distinction that lack any prospect of yielding material change can then in good conscience be labelled ideological forms of recognition. (Ibidem, p. 94)

Dissolutions of the Social: The Social Theory of Luc Boltani and Laurent Thévenot, sexto capítulo do livro, é uma crítica sobre as teorias sociais desses dois autores. Partindo da exposição das ideias dos autores no livro *On Justification*, Honneth tece sua crítica contra os fundamentos utilizados escolhidos, apontando certa arbitrariedade na escolha dos seus fundamentos teóricos, os quais julga parecerem mais opções realizadas por preferências (Ibidem, p. 106). Segundo ele, a dupla de autores escolhe alguns teóricos para justificar as várias esferas de interação política sobrepostas, permitindo ao agente escolher qual é a mais adequada. Entre os escolhidos, figuram Santo Agostinho, Bossuet, Hobbes, Rousseau, Saint-Simon e Adam Smith. Honneth observa que não é mencionado em ponto algum Kant nem Locke, filósofos importantíssimos para o republicanismo e o liberalismo. Boltani e Thévenot buscam, também, estabelecer uma crítica sociológica, apontando pontos de ruptura nas nossas atividades diárias. Utilizando os conceitos de “contensão” (*contention*) para uma crítica interna e “choque” (*clash*) para uma externa, sugerem que os indivíduos nas suas situações diárias realizam atos intelectuais, da mesma forma que os filósofos e ademais teóricos (Ibidem, p. 110). Honneth rebate a teoria, indicando que Boltani e Thévenot não levam em consideração a natureza normativa da sociedade, contentando-se apenas em realizar uma “sociologia da crítica”.

A teoria da justiça desenvolvida por David Miller é o assunto de *Philosophy as Social Research: David Miller's Theory of Justice*, representa o sétimo e último capítulo da segunda parte do livro. Aqui, Honneth observa que para o desenvolvimento de uma teoria da justiça com raízes na realidade social, uma reconstrução hegeliana estabelece parâmetros importantes de reconhecimento. Inicialmente, o autor traça uma comparação entre a filosofia de Miller com a de Michael Walzer e John Rawls, explicitando semelhanças e diferenças entre suas teorias da justiça. A seguir, explicita a teoria desenvolvida por Miller, que deixa de lado um monismo prevalecente nas atuais teorias em favor de três esferas independentes e autossuficientes, o que ressalta sua matriz hegeliana: solidariedade, baseada no princípio de necessidade; abandono (*desert*), dominada por “associações instrumentais”; e igualdade, presente na sociedade

civil (Ibidem, p. 126). Essa estrutura, segundo Honneth, não deixa de possuir dificuldades, sobretudo no que tange a esfera do mérito, contudo não desqualifica a teoria desenvolvida por Miller. Segundo o ponto de vista de Honneth, essa proposta abala positivamente a estrutura das teorias da justiça procedimentalistas vigentes, nos desafiando a repensar nossas considerações sobre a justiça social (Ibidem, p. 133).

Social and Theoretical Applications é o nome dado por Honneth à terceira parte do livro, que visa uma tentativa de utilizar os argumentos anteriormente desenvolvidos para fins explicatórios, sobretudo em âmbito sociológico (Ibidem, prefácio, p. IX). *Recognition between States: On the Moral Substrate of International Relations* representa uma tentativa do autor em empregar o conceito de reconhecimento para explicar as dinâmicas entre países e os conflitos internacionais. Sua intenção é explicitar que as relações externas pressupõem a expectativa de reconhecimento entre as nações. Contudo, Honneth sugere que as relações internacionais sejam revistas sob uma ótica diferente da de Hegel e das políticas realistas que seguem seus preceitos.

[...] already in the Philosophy of Right, Hegel objected to applying the notion of a “struggle for recognition” to international relations, at least in the case of “civilized nations”. Instead, he sought to describe international relations in terms of the self-assertion of nation-states within the framework of universally accepted international law. He reserved the idea of a striving for recognition and respect for more underdeveloped and unrecognized nations, which have been unsuccessful in their efforts to attain honour and glory; meanwhile, the enlightened constitutional states of the West are solely guided by aims of maximizing welfare and maintaining national security. (Ibidem, p. 137-138).

Organized Self-Realization: Paradoxes of Individualization demonstra uma análise sobre a individualização do sujeito, partindo de Georges Simmel, passando por Max Weber, Durkheim, Markus Schroer e retornando novamente a Simmel. Inicialmente, aborda as teorias de Simmel e de Schroer. A seguir, disserta sobre o desenvolvimento dos países ocidentais nas décadas de 1960 e 1970, formando uma nova base de individualização dos sujeitos e reconstrói os processos sociais onde as reivindicações individuais se transformaram em

padrões de expectativas institucionalizadas quanto à relação com demandas externas. Por fim, Honneth conclui sua argumentação ao demonstrar formas paradoxais de transformação às quais o processo de individualização leva a diversas formas de sofrimento material e psicológico, retornando assim à teoria de Simmel.

Uma análise do capitalismo moderno é o tema central desenvolvido por Axel Honneth e Martin Hartman em *Paradoxes of Capitalist Modernization: A Research Programme*. Partindo do estado de bem-estar social pós-guerra, passando pelo neoliberalismo e culminando no capitalismo contemporâneo, os filósofos explicitam os paradoxos da modernização do capitalismo pelo viés social, evidenciando um caráter interdisciplinar na sua pesquisa.

Psychoanalytical Ramifications constitui a última parte do livro. Retomando o viés psicanalítico da sua teoria, que havia ficado de lado desde a publicação da *Luta por reconhecimento*, Honneth procura estabelecer uma ligação entre o reconhecimento social externo e a formação estrutural psicológica do indivíduo (Ibidem, prefácio, p. X). Buscando revisitar as ligações entre a Teoria Crítica e a psicanálise, sobretudo quanto ao caráter negativista da sociedade, ou seja, a pulsão individual à autodestruição, Honneth escreve *The Work of Negativity: A Recognition-Theoretical Revision of Psychoanalysis*. Principiando seu argumento explicitando a dependência da Teoria Crítica à psicanálise freudiana, o autor parte para a defesa de uma abertura teórica psicanalítica para a teoria relacional de objetos, contrária à acusação de revisionismo desenvolvida sobretudo pelo círculo interno dos frankfurtianos. Finalizando o capítulo, Honneth pondera a perda da categoria do negativismo (pulsões para a agressividade e para a morte), importante influência freudiana para a Teoria Crítica.

[...] despite all doubts about the empirical accuracy of assuming endogenous aggressive tendencies, it seems wise to abstain from an overly strong theory of drives. The critical intention of a theory of society will suffer little by abstaining from the assumption that humans are constitutionally equipped with a death drive or aggression drive. (ibidem, p. 200)

The I in We: Recognition as a Driving Force of Group Formation é, sem dúvida, um dos pontos altos do livro. O intuito desse capítulo é abordar a formação de grupos utilizando as visões de Donald Winnicott e G. H. Mead em contraposição à teoria freudiana de que formamos grupos devido a um instinto de regressão que nos impulsiona à figura de um líder onipotente. Inicialmente, Honneth parte da premissa de que a dependência individual por experiências de reconhecimento social explica a existência de uma pluralidade de associações sociais possuidoras de vicissitudes heterogêneas. Essas características provocam no membro do grupo a reafirmação de sua autoconfiança, seu autorrespeito e sua autoestima, conforme o estudo de Mead. Contudo, Honneth observa que essa premissa deixa de lado a necessidade individual de “fusão”, que segundo o autor, repercute na vida do indivíduo desde a primeira infância, de acordo com os estudos de Winnicott. Assim, Honneth busca corrigir a imagem idealizada de grupo discutindo as tendências regressivas que co-determinam as experiências de associação.

Finalmente, o autor critica a teoria de Freud na qual o indivíduo busca a participação em grupos devido a um impulso de sujeição à onipotência de um líder, ideia essa que influenciou bastante a primeira geração da Teoria Crítica, sobretudo Adorno. Segundo Freud, a participação em grupos levaria a uma patologia: a perda da identidade pessoal do sujeito. Honneth nega essa teoria de ameaça à identidade pessoal, mas aponta a possibilidade de surgimento de duas outras patologias. Considerando a hipótese de que uma associação se forma devido à personalidade forte de líder, quando este não desempenha adequadamente o seu papel acaba perdendo o respeito dos demais associados, que buscam então substituí-lo por outro mais capaz. Grupos que atendem a essa característica receberam do estudioso Wilfred Bion o nome de “grupos de dependência”. A segunda forma de patologia resulta da somatória de desrespeitos sociais, o que deflagra grupos extremamente agressivos. Esses grupos tendem a projetar sua raiva contra todos os que os cercam, alimentando fantasias paranoicas de perseguição e ameaça de supostos inimigos externos. Segundo Honneth, Bion chama esses grupos de “fight-flight groups” (Ibidem, p. 213-214). Concluindo a sua teoria, o autor sustenta que a pessoa busca a

associação com outros indivíduos por depender de reconhecimento social, encorajamento e afirmação, pois nem o autorrespeito nem a autoestima podem se manter sem as práticas de grupo. As patologias que são observadas na vida social são provenientes, segundo o autor, de infiltrações de desordens de personalidade individual, que causam influências negativas em determinados grupos (Ibidem, p. 214).

Joel Whitebook critica a filosofia do intersubjetivismo opondo a ela o negativismo presente na primeira geração da teoria crítica, apontando a negligência a qual os impulsos destrutivos e antissociais vêm sofrendo. Com o ensaio *Facets of the Presocial Self: Rejoinder to Joel Whitebook*, Honneth elabora a sua resposta às críticas desenvolvidas por Whitebook. Segundo o autor, seu crítico se vale das teorias de Hobbes, Kant e Freud para apontar a existência de potenciais negativos pré-sociais. Contudo, assinala que essa organização teórica realizada não possui coerência, constituindo uma argumentação desconexa. Utilizando uma terminologia psicanalítica a fim de relacionar a teoria do seu opositor, o autor desconstrói a contra-teoria proposta por Whitebook, que segundo o observado, não consegue decidir por qual linha teórica seguir, terminando por realizar uma junção de teorias heterogêneas para justificar uma visão ontogenética sem verificar a plausibilidade desse ato.

Disempowering Reality: Secular Forms of Consolation encerra o livro, abordando uma visão psicanalítica da nossa relação com as perdas de pessoas importantes, seja com o rompimento de relações ou com o evento da morte. Sua argumentação aqui é baseada em Freud, Winnicott e Mead.

Com essa recente obra de Honneth, conseguimos ver como a teoria do reconhecimento vem se desenvolvendo com o passar dos tempos. Entre os pontos de amadurecimento, nos chamam atenção a mudança de ponto de vista quanto à filosofia de Hegel, o que nos dá indícios de uma possível alteração metodológica nos seus trabalhos seguintes; a expansão da sua teoria para os campos do direito internacional e a complementação do aspecto psicanalítico da sua teoria, conforme a tradição herdada da Teoria Crítica a qual é o atual expoente. Concluindo, é uma obra importante e instigante, tanto para aqueles que desejam se aprofundar no aspecto filosófico quanto para aqueles que

buscam conhecimento em outros campos de estudo, como as ciências sociais ou psicologia. É importante pois traz luz a pontos até então obscuros, explicitando a posição teórica de Axel Honneth; e instigante, devido à gama de assuntos tratados, mostrando como sua teoria segue ainda a linha interdisciplinar idealizada nos primórdios da Teoria Crítica.

Data de Recebimento: 13/04/2013

Data de Aprovação para Publicação: 03/05/2013